



## **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**Conselho Nacional de Recursos Hídricos**

**Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP**

SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, CEP: 70.730-540, Brasília/DF

Fone: (61) 3105-2076 / 2078; Fax: (61) 3105-2081

E-mail : [sec.executiva@cnrh-srh.gov.br](mailto:sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

### **Nota Técnica nº 001/2009/CTAP**

Brasília, 25 de setembro de 2009.

**Assunto:** Proposta de moção que recomenda a aprovação de substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.009, de 1997, proposto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH.

### **APRESENTAÇÃO**

1. Para elaboração da proposta de moção em epígrafe foram realizadas 14 reuniões no âmbito da CTAP, sendo seis protagonizadas pelo Grupo de Trabalho Eclusas e oito pela própria CTAP, iniciadas a partir da 44ª Reunião, em 17 de fevereiro de 2005, com a criação do Grupo de Trabalho Eclusas Integradas, o GT-Eclusas.
2. A proposta de Moção dirigida ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, aos Presidentes das Comissões de Minas e Energia-CME, Viação e Transportes-CVT e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-CMADS, bem como aos Deputados Federais Eliseu Padiha e Arnaldo Jardim, relatores do PL-3009/97, tem como anexo a versão substitutiva aprovada na CTAP, contendo doze artigos que dispõem sobre aspectos técnicos e institucionais a serem observados para tornar obrigatória a construção de eclusas e outros mecanismos de transposição em barragens.
3. Esta Nota Técnica está estruturada da seguinte forma:
  - ✓ **Introdução**
  - ✓ **Estratégia da CTAP**
  - ✓ **Considerações sobre o substitutivo ao PL-3009/97**
  - ✓ **Anexo: Processo nº 02000.002026/2008-83**

### **INTRODUÇÃO**

4. A Política Nacional de Recursos Hídricos possui como um de seus fundamentos a gestão dos recursos hídricos sempre proporcionando o uso múltiplo das águas onde se insere a proposta.
5. O Plano Nacional de Recursos Hídricos contempla no Programa VI - “Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos”, especificamente no Subprograma VI.3, ações relativas a gestão das demandas, resolução de conflitos e uso múltiplo e integrado de recursos hídricos.
6. Entre as atribuições da CTAP encontra-se
  - acompanhar, analisar, estudar e emitir parecer sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados.
7. É importante ressaltar que a CTAP conta em sua composição com representantes de diversos setores, a saber: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Integração Nacional; Ministério dos Transportes; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Meio

Ambiente/SRHU; Ministério do Meio Ambiente/ANA; Ministério da Pesca e Aquicultura; Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Bahia/Ceará e São Paulo/Rio de Janeiro; Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; Pescadores e Usuários para Lazer e Turismo; Comitês de Bacias Hidrográficas; Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas; Organizações Técnicas; Organizações de Ensino e Pesquisa, e Organizações Não Governamentais.

## **ESTRATÉGIA DA CTAP**

**8.** A CTAP definiu uma estratégia de trabalho pautada nas discussões e contribuições de seus integrantes, além de apresentações de diversos palestrantes convidados nas diferentes áreas de abrangência do escopo da proposta.

**9.** Com base na experiência profissional e acadêmica de seus integrantes, na análise de documentos e normas legais relacionados ao tema e nas palestras apresentadas por especialistas, as propostas surgiram sistematicamente e foram consolidadas na CTAP, envolvendo tanto aspectos técnicos como institucionais, os quais estão apresentados no item CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUBSTITUTIVO AO PL-3009/97 desta Nota Técnica.

**10.** Dois aspectos principais nortearam as discussões do GT e da CTAP: i) a polarização entre o setor elétrico e o setor de transportes que culminou com o impasse na 6ª reunião do GT-Eclusas; e ii) a necessidade de adoção de uma estratégia de condução nas reuniões da CTAP que minimizasse o retorno de discussões já superadas, principalmente entre os representantes do setor elétrico e de transportes e privilegiasse os múltiplos usos. Nesse sentido, a participação dos atores representando os diversos segmentos que compõem a CTAP foi decisiva. Foi consenso geral que somente poderia ter sucesso uma proposta que contemplasse tais aspectos. Como estratégia, portanto, como poderá ser observado no corpo da proposta, criou-se um arcabouço geral permitindo aos órgãos competentes avaliar e equacionar questões específicas a sua região de ação.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

**11.** Ementa: *Dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis*

**16.** **Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.

COMENTÁRIO. O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.009-B, de 1997, propõe que se torne obrigatória, conforme regulamento, a implantação de eclusas em todas as barragens a serem construídas em rios navegáveis. Propõe, também, procedimentos destinados à preservação da fauna aquática, desde que exigidos no licenciamento ambiental.

**17.** **Art. 2º** Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

a - cursos de água navegáveis como os rios, lagos e canais constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea:

b - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.

COMENTÁRIO. Define a abrangência do projeto de lei, com destaque para a alínea b para a situação de cursos que podem adquirir condição de navegabilidade.

**18. Art. 3º** O planejamento de barragens em cursos de água far-se-á de forma integrada com o planejamento da infraestrutura da navegação interior, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. A União e os Estados articular-se-ão para o planejamento nacional integrado de hidrovias, incluindo a localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.

COMENTÁRIO. É extremamente ilógico se planejar a utilização dos rios para navegação, definindo locais para construção de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, sem se considerar o aproveitamento desses rios para geração hidrelétrica, pois o desperdício de tempo e recursos é patente, do mesmo modo que é irracional construir barramentos para a geração de energia elétrica sem considerar o potencial hidroviário de um curso de água. Portanto, há de se considerar o melhor aproveitamento possível do potencial do rio em comum acordo entre o Ministério de Transportes e o Ministério de Minas e Energia. É certo que navegação é competência da União e dos estados e que articulação entre esses entes deve haver, mas dentro dos princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação de que trata o inciso XXI do artigo 21 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, não na virtual lei em comento.

**19. Art. 4º** Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos, no que se refere aos custos de estudos, investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

Parágrafo único. A União e os Estados poderão arcar com os custos de estudos, implantação, manutenção e operação das eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

COMENTÁRIO. Em decorrência do Princípio da Independência dos Processos, salienta-se que a simultaneidade de construção entre o empreendimento hidrelétrico e os dispositivos de transposição hidroviária de níveis deve ser previsto e acordado no planejamento integrado, todavia deve ser considerada a situação em que há completa independência entre os setores. Assim, o mais apropriado é que os projetos, desde a fase de estudos até sua implementação sejam separáveis.

**20. Art. 5º** O serviço público de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, precedido ou não de obra pública, pode ser prestado diretamente pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que for implantado, ou sob regime de concessão ou permissão, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

COMENTÁRIO. A disposição deste artigo busca definir que a operação de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis se caracteriza como serviço público. No entanto, é preciso lembrar que a Lei nº 9.074/1995 já estabelece que a exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas, sujeitam-se ao regime de concessão ou, quando couber, de permissão, nos termos da Lei nº 8.987/1995.

**21. Art. 6º** O projeto e a implantação da barragem deverão prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, de forma a respeitar a manutenção das condições adequadas ao transporte hidroviário, quando for o caso, conforme o art. 13 da Lei nº 9.433/1997.

COMENTÁRIO. A definição sobre a construção parcial ou total ou a não construção da eclusa

simultaneamente com a barragem decorrerá também do planejamento integrado do aproveitamento dos recursos hídricos entre os setores elétrico e de transportes, baseados ainda no regulamento.

**22. Art. 7º** Os órgãos e entidades gestores de recursos hídricos deverão observar a obrigatoriedade ou não da construção de eclusas ou outro dispositivo de transposição de nível, com base no planejamento previsto no art. 3º desta Lei.

COMENTÁRIO. Como estratégia, portanto, poderá ser observado no corpo da proposta, criou-se um arcabouço geral permitindo aos órgãos competentes nas diversas esferas avaliar e equacionar questões específicas a sua região de ação, de acordo com o planejamento integrado.

**23. Art. 8º** O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subseqüentes:

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....

V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União”;

COMENTÁRIO. A exemplo das demais agências reguladoras foi aqui definido o papel da ANTAQ quanto à competência para tratar de concorrência e exploração do serviço.

**24. Art. 9º** O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82 São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União”;

COMENTÁRIO. Aqui foi reforçada a competência do DNIT quanto às suas responsabilidades quanto às vias navegáveis, explicitando as eclusas, embora integrantes das vias.

**25. Art. 10** A implantação de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração deverá ser simultânea à construção de barragens em cursos de águas navegáveis ou potencialmente navegáveis, destinadas a qualquer finalidade, desde que exigida pelo respectivo licenciamento ambiental.

COMENTÁRIO. Prevê a obrigatoriedade, nos projetos e obras de barramento de cursos de água, a construção de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em migração. Essas estruturas já são, hoje, exigências dos processos de licenciamento ambiental. No entanto, a explicitação das mesmas em lei dará mais força aos órgãos ambientais para exigir que sejam implantadas.

**26. Art. 11** O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação específica referente a crimes ambientais, licitações e contratos da administração pública, sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e demais normas legais aplicáveis.

COMENTÁRIO. O ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de instrumentos aplicáveis, qual seja a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) que estabeleceu as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a Lei das Águas (Lei nº 9433/1997), legislações referentes às normas para licitações e contratos da Administração Pública (Lei 8.666/1993) e a que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei 8.987/1995).

**27. Art. 12** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**28.** A proposta do substitutivo reforça a legislação vigente, sobre recursos hídricos, meio ambiente, licitações e contratos da Administração Pública e de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

**29.** A proposta cria procedimentos gerais para construção de eclusas e outros dispositivos de transposição, conforme definido no planejamento integrado, deixando as questões locais, regionais e específicas para o regulamento.

**30.** Finalmente, ressalta-se que a proposta de substitutivo ao PL-3009/1997 foi uma das prioridades estabelecidas pelo Plenário do CNRH, para a CTAP, no ano de 2009.



Cristiano Egnaldo Zinato  
Presidente da CTAP